

RELATÓRIO DE GESTÃO

CONTADORIA JUDICIAL

Jan a Set/2021



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

DESAFIOS E CONQUISTAS

A Seção de Contadoria Judicial, no exercício de sua missão como órgão auxiliar da Justiça, divulga este relatório com o designo de apresentar um breve resumo da situação inicial da Contadoria, as dificuldades encontradas e as melhorias implementadas na atual gestão, que levaram ao aumento da produtividade do setor.

Neste contexto, elaborou-se Plano de Ação com os seguintes objetivos:

- Catalogar os processos judiciais atribuídos à Contadoria Judicial por tipo e complexidade visando a fixação de metas para os servidores responsáveis pelos cálculos;
- Verificar a metodologia de trabalho e eficiência dos servidores no desempenho de suas atividades, bem como realizar a análise sobre a relação da quantidade de servidores *versus* demanda de trabalho;
- Analisar as rotinas de trabalho e padronização de procedimentos no âmbito do Poder Judiciário Estadual e as ações que possam impactar nas atividades da Contadoria Judicial de modo a promover o

desenvolvimento institucional;

- Perscrutar sobre a necessidade de aquisição e/ou desenvolvimento de sistemas de informação adicionais que permitam a otimização e celeridade dos cálculos processuais;

Dessa forma, foram atacadas as principais deficiências da Seção, como grande volume de processos acumulados na unidade; despachos e decisões sem padronização; ausência de sistemas de informação para realização de cálculos judiciais.

Assim, essa Seção tem destinado esforços com vistas ao aprimoramento da gestão da Justiça e conseqüente celeridade e aumento da produtividade, contribuindo para a modernização da Contadoria Judicial.

No escopo deste relatório, apresentaremos as metas e projetos que estão em andamento e contribuem sobremaneira na melhoria da prestação jurisdicional, além das ações da CGJ que impactaram na produtividade alcançada nos três primeiros trimestres de 2021.

Vanessa Barros Monção Ferreira
Chefe da Seção de Contadoria Judicial

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

Desembargador Fernando Lopes e Silva Neto
Corregedor-geral da Justiça

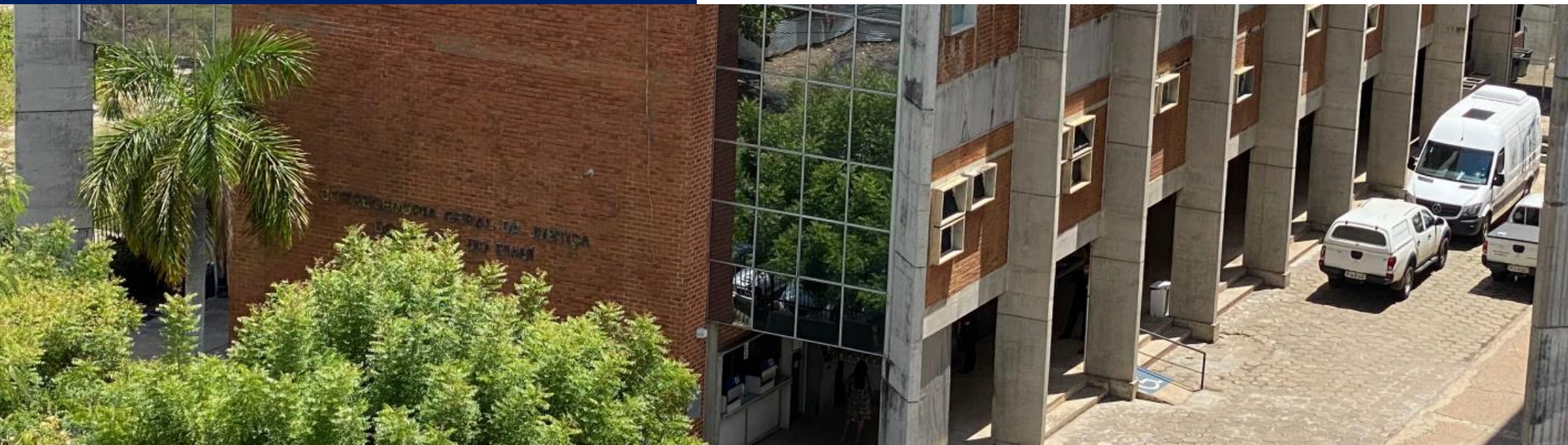
Dr. Antonio Francisco Gomes de Oliveira
Dr. Raimundo Holland Moura de Queiroz
Juizes Auxiliares da CGJ-PI

Mônica Lopes de Carvalho e Silva Almeida
Secretária-geral da CGJ-PI

Vanessa Barros Monção Ferreira
Chefe da Seção de Contadoria Judicial

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
A CONTADORIA JUDICIAL NA GESTÃO CGJ 2021-2022.....	6
RESULTADOS.....	8
CONCLUSÃO.....	10



» APRESENTAÇÃO

A Seção de Contadoria Judicial é unidade judiciária de apoio direto à atividade judicante e compreende, especialmente, a elaboração de cálculos judiciais determinados pelos magistrados nos processos em andamento ou em fase de liquidação de sentença, como também a apuração do cálculo das custas judiciais.

É dever dos órgãos de administração do Poder Judiciário atuar continuamente para que o serviço prestado aos jurisdicionados pelas unidades judiciais, inclusive por seus órgãos auxiliares, atenda aos padrões de qualidade, celeridade e eficiência.

O Serviço de Contadoria Judicial, unidade integrante do Departamento de Tramitação Processual e vinculado à Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí, está regulamentado nos termos dos art. 78 do Regimento Interno da Corregedoria Geral de Justiça (Provimento nº 21/2014) e ainda, dos art. 511, 512 e 513 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Piauí (Provimento nº 20/2014).

Por se tratar de órgão auxiliar da justiça, nos termos do art. 524,

§ 2º, do Código de Processo Civil, dotado de formação técnica e isenção processual, os cálculos elaborados pela Contadoria revestem-se de presunção de legitimidade e exatidão.

Assim, a Seção de Contadoria Judicial atua na realização de cálculos, concentrando processos remetidos por todas as Varas, sejam Cíveis, Criminais, de Família e Sucessões, da Fazenda Pública, além dos Juizados Especiais, de todas as comarcas do Estado do Piauí.

São mais de 180 unidades judiciárias atendidas, seja para a realização de cálculos em processos de liquidação de sentença, seja para realização de perícia contábil em processos judiciais diversos. Também são remetidos à Contadoria autos para fins de apuração das custas judiciais e emissão de boletos dessas custas.

O serviço da Contadoria realiza, ainda, diariamente, o atendimento a advogados e partes envolvidas nos processos, dirimindo dúvidas quanto aos parâmetros utilizados nos cálculos ou prestando informações diversas sobre os processos que encontram-se atribuídos à Contadoria.

A Seção de Contadoria Judicial, na qualidade de órgão auxiliar do juízo, não tem poder decisório sobre os processos judiciais, sendo mera cumpridora dos ditames impostos pelos

magistrados, primando sempre pela excelência na prestação jurisdicional. A distribuição dos processos para os contadores responsáveis pela elaboração dos cálculos judiciais segue o critério de ordem cronológica de chegada no setor,

Para tanto, é adotado o critério de ordem cronológica de chegada dos processos ao Setor na distribuição destes para os contadores responsáveis pela elaboração dos cálculos judiciais, observando-se os processos prioritários nos termos da lei.

» A CONTADORIA JUDICIAL NA GESTÃO CGJ 2021-2022

O atual corpo diretivo da Corregedoria Geral de Justiça vem tomando providências no sentido expandir a eficiência, eficácia e efetividade da Contadoria, concretizando os ideais do modelo Gerencialista de Administração Públicas, pautados na tríade do bom desempenho: competências, motivação e suporte organizacional. Tudo isso na busca do aperfeiçoamento constante por meio de um conjunto de ações que impactam diretamente na produtividade do setor.

Principais Ações:

1. Elaboração de estudos e desenvolvimento de projeto voltado à promoção de melhorias no fluxo dos processos remetidos à Contadoria Judicial

Classificação dos processos judiciais atribuídos à Contadoria Judicial por tipo

e complexidade visando a fixação de metas para os servidores responsáveis pelos cálculos, definição de prazos segundo a complexidade, atribuição e acompanhamento dos processos.

2. Elaboração e publicação do Provimento nº 89 de 25 de agosto de 2021

Com a análise das rotinas de trabalho e estudos técnicos, verificou-se que a padronização de procedimentos e ações impactam diretamente nas atividades da Contadoria Judicial de modo que a elaboração e publicação do Provimento Nº 89, de 25 de agosto de 2021, promove o desenvolvimento institucional, pois regulamenta os procedimentos relativos à elaboração de cálculos judiciais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Piauí.

3. Alocação de novos servidores na Contadoria Judicial

Verificação da metodologia de trabalho e eficiência dos servidores no desempenho de suas atividades, bem como realização de diagnóstico sobre a relação da quantidade de servidores *versus* demanda de trabalho e, após análise do impacto da produtividade dos servidores sobre o acervo de processos, verificou-se que a quantidade de mão de obra existente era insuficiente para atender a demanda dos processos remetidos para a Contadoria. Diante deste cenário, foram alocados três analistas e um estagiário a fim de compor o quadro de servidores da Contadoria, ajustando-o à demanda de trabalho do setor.

4. Implantação do MAAT na Contadoria

O Módulo de Atividades e Alocação de Trabalho (MAAT) é um sistema que tem como função o apoio à gestão da Unidade, tendo em vista permitir a distribuição de tarefas atendendo às necessidades de atribuições de metas individuais na unidade, visando à melhor gestão do controle de produtividade dos servidores.

5. Aperfeiçoamento dos servidores da Contadoria Judicial

Com vistas ao aprimoramento da equipe de trabalho, a Escola Judiciária do Tribunal de Justiça promoverá o curso Capacitação em Cálculos Judiciais EJUD/TJPl. Com a capacitação dos servidores, busca-se o aumento da produtividade e otimização da prestação jurisdicional.

6. Desenvolvimento de Sistema de Cálculos Judiciais

Desenvolvimento de sistema informatizado a ser utilizado na elaboração dos cálculos judiciais, considerando que esta ferramenta é de grande importância para potencializar os cálculos judiciais, pois diminuirá sobremaneira o tempo em que os processos ficam aguardando elaboração de cálculos, bem como padronizar os cálculos realizados pela Contadoria Judicial. Assim, contribuindo para a melhoria no fluxo dos processos, de modo a reduzir o acervo e ampliar a celeridade processual no âmbito do Poder Judiciário no Estado do Piauí.

7. Palestras

No sentido de propor soluções de melhorias nas rotinas da Contadoria Judicial, com foco na produtividade dos servidores, a Coordenadoria de Planejamento e Modernização – COPM, implementou um projeto customizado com ciclo de palestras de cunho pedagógico possibilitando aprendizado gradativo acerca da Gestão de Pessoas em uma perspectiva humanizada, promovendo o equilíbrio organizacional bem como a promoção plena da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).



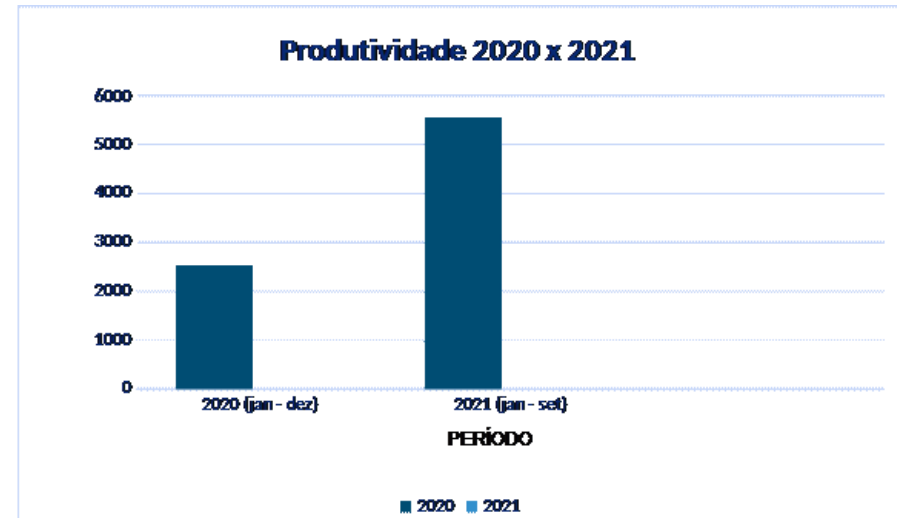
» RESULTADOS

Como resultado das ações desenvolvidas pela atual Gestão da Corregedoria Geral de Justiça pode-se notar na prática os impactos na produtividade da Seção de Contadoria Judicial.

Como forma de mensurar o impacto das medidas supracitadas, comparou-se os dados referentes ao ano de 2020 com os três primeiros trimestres de 2021, levando em conta a produtividade e o desempenho dos servidores lotados na Seção de Contadoria Judicial e analisando os dados fornecidos por meio da Consulta de Informações à STIC e dados extraídos no sistema Justiça em Números.

Com base nas informações examinadas, apresenta-se gráfico comparativo de produtividade entre os dados apurados nos meses de janeiro a dezembro de 2020, confrontando com os três primeiros trimestres de 2021 (meses de janeiro a setembro).

Neste gráfico são computadas apenas as movimentações realizadas nos sistemas judiciais de primeiro e segundo grau (ThemisWeb, PJe, PROJUDI e eTJPI), conforme Provimento Conjunto nº 35/2017 e Ofício-Circular nº 19/2020 da Corregedoria.



Em análise aos dados, verifica-se que a produtividade de 2020 foi de 2.253, enquanto em 2021, até dia 30 de setembro, foi 5.551; ou seja, em apenas nove meses, o setor alcançou um aumento de mais de 100% de produtividade na Seção de Contadoria Judicial em relação aos processos virtuais.

No que tange aos processos físicos, minoria em relação aos virtuais, a tabela a seguir demonstra a quantidade de processos recebidos e remetidos no setor com base nos protocolos da referida Seção.

PROCESSOS FÍSICOS		
Período	Processos recebidos	Processos remetidos
2020 (janeiro a dezembro)	991	939
2021 (janeiro a setembro)	564	636

Assim, verifica-se que em 2021 a quantidade de processos recebidos foi bem menor do que o ano anterior, consequência do trabalho de migração dos processos físicos para o PJe. No entanto, o balanço de processos recebidos *versus* remetidos foi positiva, uma vez que o setor enviou mais processos do que recebeu.

O resultado favorável em relação à produtividade se dá, principalmente, devido aos seguintes fatores:

- Apoio da alta gestão da Corregedoria;
- Dedicção e compromisso dos servidores em cumprir sua missão institucional;
- Aumento da grade de servidores;
- Identificação dos maiores gargalos do setor e soluções rápidas;
- Padronização de procedimentos;
- Distribuição estratégica de processos;
- Estabelecimento de critério de ordem cronológica para elaboração de cálculos e fim da lista de pedidos;
- Estabelecimento de metas da chefia imediata.

» CONCLUSÃO

Apesar dos resultados favoráveis manifestados neste relatório, sabe-se que o processo de modernização e aperfeiçoamento é lento e complexo. A morosidade processual é uma realidade e, conseqüentemente, o motivo de maior insatisfação dos cidadãos que procuram a Ouvidoria Judicial em relação à Contadoria.

É perceptível que os servidores atuantes na Contadoria tem se esforçado para dar vazão às demandas buscando colocar em prática os princípios da eficiência organizacional “fazer mais com menos”.

Ressalta-se que para obter um resultado ainda mais expressivo é necessário alocar mais servidores para reduzir a demanda, ora reprimida de anos passados.

Além disso, a finalização do sistema informatizado a ser utilizado na elaboração dos cálculos judiciais é de suma importância para a evolução dos trabalhos da Contadoria Judicial, melhorando o fluxo dos processos de modo a reduzir o acervo e ampliar a celeridade processual no âmbito do Poder Judiciário no Estado do Piauí.

Portanto, a aplicação dos procedimentos relativos à elaboração

de cálculos judiciais pelos Serviços de Contadoria, dispostos no Provimento nº 89, de 25 de agosto de 2021, corrobora na padronização das decisões judiciais, facilitando o dever de ater-se estritamente aos parâmetros fixados na decisão judicial, evitando interpretar extensivamente os comandos decisórios, o que contribuiria ainda mais para a morosidade processual.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA